

OS DOCUMENTOS NACIONAIS DE DEFESA E A FORMAÇÃO DO CADETE AVIADOR DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA¹

THE NATIONAL DEFENSE DOCUMENTS AND THE FORMATION OF THE BRAZILIAN AIR FORCE AVIATION CADET¹

Gabriel Max de Assis Pereira*

Luciene Rose Lemes**

Leomarcos Alcantara Formiga***

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar como a Academia da Força Aérea contribui para a formação do Cadete Aviador, no que tange a assuntos na área de Defesa Nacional. Foi apresentado um estudo para relacionar os Documentos de Defesa Nacional (Política Nacional de Defesa-PND, Estratégia Nacional de Defesa-END, Livro Branco de Defesa Nacional-LBDN), bem como documentos estratégicos da Aeronáutica (Plano Estratégico Militar da Aeronáutica - PEMAER, DCA 11-45 Concepção Estratégica Força Aérea 100), com o currículo de formação do Cadete Aviador da Força Aérea Brasileira. O trabalho visa verificar de que modo, durante a formação dos 4 anos de Academia, o currículo do Cadete Aviador colabora para que o militar se forme com um conhecimento adequado na área de Defesa Nacional, visando o exercício do Oficialato, na sequência. A metodologia usada para alcançar o objetivo deste trabalho baseia-se em documentos de defesa do Brasil, MCA 36-8 - Perfil Profissional dos Oficiais da Aeronáutica - PPOA - Volume I - QOAV, QOINT e QOINF e na ICA 37-863 que trata do Projeto Pedagógico para o Curso de Formação de Oficiais Aviadores da AFA (PPC-AFA). A pesquisa utilizada aborda uma vertente de cunho qualitativo, fundamentada em teses, artigos e livros relacionados ao tema e outra de cunho quantitativo que verifica, com dados numéricos, o nível de conhecimento dos cadetes aviadores – futuro oficial da Força Aérea Brasileira – acerca da importância de assuntos na área de Defesa Nacional, no seu processo de formação. Dessa maneira, verificou-se em que aspecto a AFA contribui no currículo pedagógico do Cadete Aviador para que alcance as competências exigidas pelo PPOA. Os resultados obtidos sugeriram que, atualmente, a Academia da Força Aérea consegue cumprir com o seu objetivo de formar os Cadetes com conhecimentos na área de Defesa Nacional, ratificando as competências do PPOA.

Palavras-chave: Formação militar; Planejamento estratégico; Defesa Nacional; Cadetes Aviadores.

¹Artigo apresentado para Avaliação Final do Trabalho de Conclusão de Curso, como pré-requisito para a conclusão do Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAv) da Academia da Força Aérea de Pirassununga/ SP.

*Cadete Aviador do 4º Esquadrão (Turma Orthrus, 2023)

**Professora Doutora em Ciências Contábeis. Academia da Força Aérea.

E-mail: lu.lemes@terra.com.br

***Professor Doutor em Administração. Academia da Força Aérea

E-mail: leomarcosaaf@fab.mil.br

ABSTRACT

This work aims to analyze how the Air Force Academy contributes to the formation of the Aviation Cadets, in matters related to National Defense. A study was presented to relate the National Defense Documents (National Defense Strategy-END, National Defense Policy-PND, National Defense White Book-LBDN), as well as strategic documents of the Air Force (Military Strategic Plan of Air Force - PEMAER, DCA 11-45 Strategic Concept Air Force 100), with the training curriculum of the Brazilian Air Force Aviation Cadet. This work aims to verify how, during the 4 years of the Academy, the curriculum of the Air Cadets contributes to the formation of the military with an adequate knowledge in the area of National Defense, in order to become an Officer, afterwards. The methodology used to achieve the objective of this work is based on Brazilian defense documents, MCA 36-8 - Perfil Profissional dos Oficiais da Aeronáutica - PPOA - Volume I - QOAV, QOINT e QOINF and on ICA 37-863 that deals with the Pedagogical Project for the Air Force Officer Training Course (PPC-AFA). The research used includes a qualitative approach, based on theses, articles and books related to the theme, and a quantitative approach that verifies, with numerical data, the level of knowledge of cadet aviators - future Brazilian Air Force officers - about the importance of issues related to National Defense, during their training process. In this way, it was verified how the AFA contributes to the Air Force Cadets' pedagogical curriculum, so that they can achieve the competencies required by the PPOA. The results obtained suggested that, currently, the Air Force Academy is able to fulfill its objective of training Cadets with knowledge in the area of National Defense, ratifying the competences of the PPOA.

Keywords: Military training. Strategic planning. National defense. Aviation Cadets.

INTRODUÇÃO

Visando a formação militar do Cadete Aviador da Força Aérea Brasileira, a criação do presente trabalho foi motivada a partir das aulas de Doutrina Militar e de Planejamento Estratégico, ministradas durante o 3º ano do Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV), as quais geraram a seguinte indagação: Em que aspecto a Academia da Força Aérea contribui para a formação do Cadete Aviador, no que diz respeito a conteúdos na área de Defesa Nacional, visando o exercício do oficialato?

O Brasil, por ser um país com uma vasta extensão territorial, está entre os dez países mais populosos do mundo, com uma das principais economias do planeta. “Destacado no cenário internacional por conta da gama de recursos, tanto ambientais, quanto tecnológicos, a projeção do país no cenário internacional vem crescendo ultimamente, apontando para eventuais conflitos de interesses com outros países” (BRASIL, 2016, p. 7). Dessa forma, é mister que o Brasil se dedique à

assuntos na área de Defesa, com o objetivo de prevenir-se de instabilidades e ameaças externas.

Diante de tal cenário:

criou-se a Política Nacional de Defesa (PND), que é o documento de mais alto nível para o planejamento de ações destinados à Defesa do Brasil. Junto com a PND, há também a Estratégia Nacional de Defesa (END), responsável por orientar os segmentos do Estado quanto às medidas a serem tomadas para que os objetivos da PND sejam atingidos (BRASIL, 2016, p. 31).

A Estratégia Nacional de Defesa, define que:

A Defesa Nacional, conceituada como o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, das águas jurisdicionais, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas, é essencial para a consecução do desejado grau de segurança do País. (BRASIL, 2016, p.33).

A Academia da Força Aérea (AFA), instituição de ensino superior da Força Aérea Brasileira (FAB) tem por finalidade “a formação intelectual e profissional dos Aspirantes a Oficiais dos Quadros de Oficiais Aviadores (QOAv), Intendentes (QOInt) e de Infantaria da Aeronáutica (QOInf), observando os mais altos padrões militares, culturais, éticos, morais, cívicos e sociais” (BRASIL, 2021, p. 9). A partir de tal missão, expõe-se a necessidade de formar-se um líder de uma moderna Força Aérea, com conhecimentos que abrangem desde conhecimentos técnicos especializados dos respectivos quadros, bem como uma visão geral de toda a Força Aérea Brasileira. O Projeto Pedagógico para o Curso de Formação de Oficiais Aviadores alinha-se com tal necessidade ao objetivar o desenvolvimento de:

- a) Uma visão holística, raciocínio crítico e conhecimento para avaliar o contexto geral da organização, e assim, propor soluções adequadas ao desenvolvimento da mesma;
- b) Competências, habilidades e atitudes que atendam às funções operativas da Força Aérea, dando-se ênfase ao gerenciamento das funções operacionais e estratégicas da Administração da Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua missão constitucional (BRASIL, 2021, p.25-26).

Ao analisar a atual grade curricular da AFA para os Cadetes Aviadores, observa-se que dentre as diversas disciplinas contidas no Projeto Pedagógico de Curso para o Curso de Formação de Oficiais Aviadores (PPC-AFA), tanto nos eixos da Administração Pública, quanto Ciências Aeronáuticas, a única disciplina que aborda assuntos na área de Defesa Nacional, bem como os próprios documentos de Defesa do Brasil (Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa, Livro Branco de Defesa Nacional, Plano Estratégico Militar da Aeronáutica) base documental para a realização deste trabalho é a disciplina de “Planejamento Estratégico”. Exposto isso, denota-se a necessidade de verificar como a AFA, nos moldes atuais do currículo do Cadete Aviador, participa para que o discente

tenha conhecimentos adequados nessa área, uma vez que, a formação do militar deve estar alinhada diretamente com o perfil profissiográfico exigido para cumprir a missão fim da FAB.

Alinhado a isso, o trabalho fundamenta-se, também, no Perfil Profissional dos Oficiais da Aeronáutica – PPOA – VOLUME I – QOAV, QOINT E QOINF (PPOA), documento elaborado pelo Comando Geral do Pessoal (COMGEP), cujo objetivo é “ser um instrumento norteador para a definição das competências essenciais necessárias aos Oficiais da Aeronáutica, após a capacitação nos cursos e estágios de formação ou adaptação, bem como, para os demais cursos de carreira, quando aplicável” (BRASIL 2012, p. 7); e ainda no documento Concepção Estratégicas Força Aérea 100 (DCA 11-45), que tem como finalidade orientar o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER) bem como as demais fases do planejamento institucional, e também “contribuir para que os militares da FAB tenham uma melhor capacidade militar para compor o esforço principal da Defesa Nacional” (BRASIL, 2018, p.7).

Dessa forma, para contextualizar o leitor do tema, foi realizada uma breve explanação sobre os documentos citados acima, abordando os objetivos de cada um, de forma decrescente de abrangência no cenário nacional (do documento mais geral para o mais específico). Após o desenvolvimento das abordagens, analisou-se os resultados obtidos por meio das análises dos documentos da AFA, bem como um questionário feito no âmbito do Corpo de Cadetes da Aeronáutica (CCAER), entre os Cadetes Aviadores do 4º Esquadrão (CFOAV - 4ºESQ), submetendo-os as situações problemas, para que os mesmos, com seus conhecimentos na área de Defesa Nacional, respondessem as perguntas do questionário. Tal ação foi realizada a fim de obter subsídios para a pergunta da pesquisa.

Portanto, o objetivo geral do presente trabalho é analisar em que medida a Academia da Força Aérea contribui na formação do Cadete Aviador, no que tange assuntos da área de Defesa Nacional. Para tanto, utilizou-se como balizadores para a condução da pesquisa, em conjunto com o objetivo geral, os seguintes objetivos específicos: Descrever sobre os documentos de Defesa Nacional do Brasil; Analisar a relação dos documentos de Defesa com a formação do Cadete Aviador; Analisar a formação do Cadete Aviador sob a perspectiva do documento Concepção Força Aérea 100, alinhado ao que se espera do Perfil Profissional do Oficial da Aeronáutica e; Verificar como o Projeto Pedagógico do Cadete Aviador contribui para a formação do militar sobre os assuntos de Defesa Nacional.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O pressuposto deste trabalho é analisar como a instituição de ensino superior da Força Aérea Brasileira, a AFA, tem contribuído para a formação do Cadete Aviador durante os 4 anos, acerca de assuntos na área de Defesa do Brasil. Balizando-se em documentos da FAB, é esperado que os Cadetes, no fim de sua formação, tenham domínio em tais assuntos, a fim de cumprir com o Perfil Profissional dos Oficiais da Aeronáutica. O Manual tem como uma de suas finalidades:

assessorar a Diretoria de Ensino da Aeronáutica (DIRENS), fornecendo ferramentas para a elaboração e revisão dos currículos mínimos dos cursos e estágios de carreira sob sua responsabilidade, com o objetivo que o Oficial atenda ao perfil profissiográfico com as devidas capacidades requeridas para o desempenho de suas funções (MCA 36-8, 2021, p. 11).

Segundo Janowitz (1967), o período de formação de um Cadete é extremamente importante para a formação militar, pois é durante esse tempo que o militar irá adquirir conhecimentos imprescindíveis e que jamais serão esquecidos para o exercício de sua carreira. Em seu livro *O Soldado Profissional*, Janowitz diz:

A educação numa academia militar é a primeira e mais crucial experiência de um soldado profissional. As experiências educacionais de um cadete não se obliteram seus antecedentes sociais, mas deixam impressões fundas e duradouras. (JANOWITZ, 1967, p. 129).

De acordo com Huntington (1996), em seu livro *O Soldado e o Estado*, o quadro de oficiais atualmente constitui um corpo profissional como é o oficial de hoje. Uma profissão é um tipo peculiar de grupo funcional com características altamente especializadas, e é este profissionalismo que distingue o oficial de hoje dos guerreiros do passado. Por vezes, o termo “profissional” quando usado em relação aos militares é no sentido de contraste com a palavra “amador” e não no de “profissão” em comparação com “ofício” ou “habilidade”. O profissional é um especialista com habilidades e conhecimentos qualificados em uma esfera significativa do esforço humano, sendo que, tal especialização somente se dá por educação e experiência prolongada. A educação profissional consiste consequentemente de duas fases: uma que comunica um amplo e liberal lastro cultural e outra que transmite habilidades e os conhecimentos especializados da profissão. A primeira é ministrada pelas instituições educacionais da sociedade em geral, enquanto que a segunda fase, fase técnica da educação profissional, é de responsabilidade de instituições especiais dirigidas pela própria profissão ou a ela vinculadas.

A partir da teoria de Janowitz, relacionando a importância da boa formação do Cadete para o desempenho de sua carreira, e da teoria de Huntington, abordando como a especialização sobre determinados temas da profissão difere o soldado de outrora com o de hoje, o presente trabalho analisou os Documentos Nacionais de Defesa (PND, END, LBDN, PEMAER e DCA 11-45), relacionando-os com os documentos da Academia da Força Aérea (PPC - AFA), bem como o Documento do Perfil Profissional dos Oficiais da Aeronáutica (PPOA).

1.1 POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA (PND)

O Brasil é um país pacífico que defende o diálogo para a resolução dos problemas entre os demais países. No entanto, é de suma importância que a Nação continue sempre atenta à Defesa da Pátria, haja vista os diversos interesses internacionais nas riquezas que o Brasil possui.

Partindo desse contexto, foi aprovada, em 1996, a Política de Defesa Nacional, que consistiu na primeira iniciativa de criação de um documento para direcionar e guiar os esforços de toda a sociedade brasileira no sentido de reunir capacidades em nível nacional, com o intuito de aprimorar as condições para garantir a soberania do país, bem como a integridade e a consecução dos objetivos nacionais. Em 2005, a Política foi atualizada e complementada pela Estratégia Nacional de Defesa (END), passando por uma nova atualização em 2012, já com o nome de Política Nacional de Defesa. Após 20 anos de criação, a PND passou pelo seu terceiro processo de atualização, com o objetivo de promover adequações ao novo cenário nacional e internacional (BRASIL, 2016).

A PND, coordenada pelo Ministério da Defesa, “é o documento de mais alto escalão do Brasil em questão de Defesa, baseado nos princípios da Constituição Federal e alinhado aos Objetivos Nacionais” (BRASIL, 2016 p.7). Expressa os objetivos almejados para a segurança da Defesa Nacional, bem como atua no sentido de contribuir para a percepção de um estado de Segurança Nacional, o qual se entende como um país livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, garantindo aos cidadãos o exercício dos direitos e deveres constitucionais.

Sobre concepção de Política de Defesa a PND ressalta que:

A paz e a estabilidade nas relações internacionais requerem ações integradas e coordenadas no âmbito do **Desenvolvimento**, a fim de reduzir as deficiências estruturais de uma nação, foco para o surgimento de ameaças à soberania e ao bem-estar social; da **Diplomacia**, para a conjugação dos interesses conflitantes de países; e da **Defesa**, para a dissuasão ou o enfretamento de ações hostis. Esses três pilares devem ser explorados com maior

profundidade conforme o caso concreto, a fim de garantir a Segurança e a Defesa nacionais (BRASIL 2016, p. 21).

Os Objetivos Nacionais de Defesa (OND) são as condições a serem atingidas e mantidas perenemente pela nação brasileira no cenário de defesa. Os objetivos são:

- I. Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial;
- II. Assegurar a capacidade de Defesa, para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas;
- III. Salvar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais, situados no exterior;
- IV. Contribuir para a preservação da coesão e unidade nacionais;
- V. Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais;
- VI. Contribuir para o incremento da projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais;
- VII. Promover a autonomia produtiva e tecnológica na área de defesa;
- VIII. Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional (BRASIL, 2016, p. 25).

Observando os Objetivos Nacionais de Defesa, deve-se considerar que todos os setores da Administração Federal deverão ter conhecimento a fim de cumprir os objetivos estabelecidos nesse Documento. É a partir de tais objetivos da PND que a Estratégia Nacional de Defesa (END) fundamenta-se, estabelecendo as respectivas ações para a consecução daqueles objetivos.

Relacionando os Objetivos Nacionais de Defesa com o presente trabalho, observa-se, principalmente, no segundo e oitavo Objetivos, a importância do conhecimento sobre as capacidades de Defesa do país, seja no âmbito sociedade brasileira como um todo, como no âmbito militar, visto que é o militar o responsável pela Defesa do Brasil em caso de algum distúrbio a ordem.

1.2 ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA (END)

O Estado brasileiro, responsável pela segurança da população brasileira, tem como incumbência a coordenação das ações relacionadas à Defesa Nacional, a qual se baseia, como dito anteriormente, na Política Nacional de Defesa, documento de mais alto nível no que tange a defesa do Brasil, que estabelece os Objetivos Nacionais de Defesa.

A END, no que lhe diz respeito, traça os segmentos do Estado brasileiro no que concerne às medidas que devem ser implementadas para que os Objetivos Nacionais sejam alcançados e

assegurados. Nota-se então, que a END é o elo entre o posicionamento do Brasil nos assuntos relacionados à Defesa e as ações necessárias para que de fato o Estado tenha a capacidade de manter os seus valores fundamentais (BRASIL, 2016).

A primeira versão da END foi publicada em 2008, sendo revisada posteriormente em 2012. Em 2016, alinhada com o novo cenário nacional e internacional, sofreu uma nova atualização. É a Estratégia Nacional de Defesa que baliza a base da estrutura de Defesa do Brasil, mostrando as corretas medidas a serem tomadas no âmbito dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, além de ser a conexão entre os diversos escalões condutores também, de ações de defesa, que não necessariamente são órgãos governamentais do país (BRASIL, 2016, p.31).

A concepção estratégica de defesa do Brasil adverte quanto à importância da manutenção das ações diplomáticas, seja em tempos de guerra ou de paz. As ações do Setor de Defesa, executadas pelo Ministério da Defesa e pelas Forças Armadas, são sempre voltadas para ações diplomáticas quando há a interação entre o Brasil e os demais países do mundo, fortalecendo a confiança recíproca e os laços de amizade.

Baseada em três fundamentos, Poder Nacional, Ações de Diplomacia e Setor de Defesa, a END consegue separar de forma clara tudo aquilo que é necessário para que se possa cumprir o que a Política Nacional de Defesa aponta. O Poder Nacional é entendido como “a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a vontade nacional, manifestando-se nas Expressões Política, Econômica, Psicossocial, Militar e Científico-tecnológica” (BRASIL, 2016, p. 33). As ações de diplomacia, como já comentado anteriormente, estimula a conciliação de eventuais diferenças entre os países. Já o Setor de Defesa, é quem vai delegar as funções principais para cada Força Armada, Força Aérea Brasileira, Exército Brasileiro e Marinha do Brasil. Dentro do Setor de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa define que o **Setor Nuclear** é de Responsabilidade da Marinha do Brasil; o **Setor Cibernético** é de responsabilidade do Exército Brasileiro e o **Setor Espacial** é de responsabilidade da Força Aérea Brasileira (BRASIL, 2016).

Para cada Objetivo Nacional de Defesa (OND) imposto pela PND, há algumas estratégias/ações estratégicas de defesa (ED). São elas:

OND-1: Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial

- ED-1 Fortalecimento do Poder Nacional
- ED-2 Fortalecimento da capacidade de dissuasão

OND-2: Assegurar a capacidade de defesa, para o cumprimento das missões constitucionais das forças armadas

- ED-3 Dimensionamento do Setor de Defesa

- ED-4 Capacitação e dotação de recursos humanos
- ED-5 Regularidade orçamentária
- ED-6 Desenvolvimento da capacidade de mobilização nacional

OND-3: Salvar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais, situados no exterior

- ED-6 Fortalecimento da capacidade de dissuasão
- ED-7 Emprego de ações diplomáticas relacionadas à defesa

OND-4: Contribuir para a preservação da coesão e unidade nacionais

- ED-8 Incremento da presença do Estado em todas as regiões do País
- ED-9 Adoção de medidas educativas
- ED-10 Contribuição para a atuação dos órgãos federais, estaduais e municipais

OND-5: Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais

- ED-11 Promoção da integração regional
- ED-12 Promoção da cooperação internacional
- ED-13 Atuação em organismos internacionais

OND 6: Contribuir para o incremento da projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais

- ED-14 Atuação com base no multilateralismo

OND-7: Promover a autonomia produtiva e tecnológica na área de defesa

- ED-15 Promoção da sustentabilidade da cadeia produtiva da Base Industrial de Defesa
- ED-16 Fortalecimento da Área de Ciência e Tecnologia de Defesa

OND-8: Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de defesa nacional

- ED-17 Promoção da temática de defesa na educação
- ED-18 Emprego da Comunicação Social (BRASIL, 2016, p. 59-69).

1.3 LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL (LBDN)

O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), é um documento do Ministério da Defesa, implementado pelo Ministro de Estado da Defesa, que aborda diversos aspectos da Defesa Nacional. Tem um caráter ostensivo e visa esclarecer para a sociedade brasileira e para a comunidade internacional, as políticas e ações que guiam os procedimentos para a segurança da soberania brasileira. Contém dentro dos 6 capítulos, tópicos como por exemplo, o cenário estratégico do Brasil para o século XXI; os documentos de Defesa Nacional, PNE e END; a modernização das Forças Armadas como um todo; o cenário econômico da Defesa Nacional, e fala também, sobre as operações

de paz e ajuda humanitária. Vale ressaltar que, o Livro Branco não aborda operações em tempo de guerra.

Logo no início do documento é retratado as características territoriais e marítimas do Brasil, o que justifica a existência de um forte setor de defesa, com ênfase para a região amazônica, visto a grande disponibilidade de recursos naturais dessa região, bem como em demais áreas do país. Riquezas como os aquíferos Guarani e Alter do Chão, a vasta reserva de petróleo e gás natural, reservas minerais de ferro, nióbio, urânio, entre outros, constituem alguns dos motivos aos quais o Brasil necessita ter um poder dissuasório real e presente.

No capítulo 3, “A Defesa e o instrumento Militar”, apresenta a organização e a estrutura do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, especificando quais são os meios e os equipamentos disponíveis em cada Força e como estão distribuídos pelo território nacional; aborda quais são as escolas e os centros de instrução das três Forças, além de apresentar os sistemas de monitoramento e controle nacionais, como por exemplo: Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul, Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro e o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras. Já o Capítulo 4, trata dos programas sociais e relativos à sociedade civil gerido pelas Forças Armadas, por exemplo o Projeto Calha Norte, Programa Forças no Esporte e o Projeto Rondon, entre outros. Nos demais capítulos, 5 e 6, apresentam alguns programas de modernização e aquisição de materiais para as 3 forças, bem como a Base da Indústria de Defesa (BID) e o detalhamento do orçamento da Defesa do Brasil (BRASIL, 2020).

1.4 PLANO ESTRATÉGICO MILITAR DA AERONÁUTICA (PEMAER)

O Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER) tem a finalidade, juntamente com a Concepção Estratégica “FORÇA AÉREA 100”, documento que será abordado na sequência, “orientar as ações, a serem desenvolvidas pela FAB, entre os anos 2018 a 2027” (BRASIL, 2018, p. 9). O PEMAER apresenta qual a estratégia adotada para que se alcance a Visão estabelecida pelo Comando da Aeronáutica, "Uma força aérea de grande capacidade dissuasória, operacionalmente moderna e atuando de forma integrada para a defesa dos interesses nacionais"(BRASIL, 2018, p. 11), bem como o caminho que permitirá que a Missão da FAB, "Manter a soberania do espaço aéreo e integrar o território nacional, com vistas à defesa da pátria" (BRASIL, 2018, p.17), seja cumprida com excelência.

Apesar de o nome remeter a um documento que somente diz respeito às questões estratégicas da Força Aérea, o PEMAER também aborda os deveres do cotidiano da Força, ao apresentar todas as ações realizadas pela FAB para o cumprimento de sua missão, solidificando assim, a base requerida para a execução da estratégia.

O PEMAER proporciona “as diretrizes para todos os macroprocessos da Força Aérea, buscando a coerência dos planos e programas que habilitarão as capacidades militares” (BRASIL, 2018, p.12).

Esse documento da Força Aérea Brasileira discorre sobre os objetivos que compõem o Mapa Estratégico e elenca os principais projetos, e, além disso, enuncia os principais valores entregues à sociedade brasileira por meio do conceito de Cadeia de Valor, criado por Michael Porter em 1985. Segundo Robben (2023) a Cadeia de Valor apresenta todas as atividades que a organização faz para agregar algum valor aos seus clientes, bem como, reforça o laço entre eles.

Dentre os Projetos Estratégicos da Força Aérea Brasileira, ou seja, aqueles que contribuem diretamente para o alcance da visão da FAB, destacam-se dois tipos: Projetos vinculados ao eixo Meios de Força Aérea e os Projetos Vinculados ao eixo infraestrutura aeroespacial. Quanto aos projetos ligados aos meios de Força Aérea, destacam-se: ARP-REC, CARPONIS, E-99M, F-X2, KC-390, MICLA-BR, Míssil BVR, VLM. Já aos projetos relacionados à Infraestrutura Espacial, nota-se: Adequação da Ala 2, ADS-B Continental, ATN-BR, CEA, Centro de Controle Guaratinguetá, Estande Operacional, Radar de Defesa Aérea, IFF Modo 4, LINK-BR2 e PROHIPER (BRASIL, 2018, p. 24).

A partir do enunciado acima, percebe-se a gama de projetos a qual a Força Aérea se propõe a desenvolver, bem como, está envolvida. Sem dúvidas, é de suma importância que o Cadete da Academia da Força Aérea tenha conhecimento sobre tais projetos o quanto antes, despertando o interesse em cada um, para que no futuro, como líder de uma moderna Força Aérea, possa contribuir ainda mais nesses projetos, além de propor outros novos.

1.5 DCA 11-45 CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA – FORÇA AÉREA 100

O documento Concepção Estratégica – Força Aérea 100 tem como finalidade primordial “a visão que se espera da FAB em 2041, quando então, completa 100 anos de criação, além de servir como um alicerce para o PEMAER” (BRASIL, 2016, p.7). Baseado na Visão da Força Aérea, a DCA 11-45 é uma “ferramenta de grande importância para o cumprimento das diretrizes para a elaboração

dos projetos futuros da FAB, visando uma Força Aérea moderna com alta capacidade dissuasória, seja em tempos de paz ou guerra” (BRASIL, 2016. p.7).

Tal documento é alinhado com o Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica (SGPIA) com a PND, END e com os demais documentos do Ministério da Defesa que engloba a Defesa Nacional. Engloba ao longo do texto, as capacidades futuras e as perspectivas estratégicas para a Força Aérea Brasileira, bem como os desafios inerentes para o cumprimento de tais objetivos.

No que tange às capacidades, nota-se a intenção de se conseguir levar o poder aéreo e espacial para qualquer área de interesse no território nacional e no entorno estratégico. Tal capacidade tem origem no *soft power*, ou seja, “afetar a vontade de lutar do oponente sem atacar diretamente suas forças militares” (BRASIL, 2016, p. 25). Projeção estratégica de poder, superioridade nos ambientes aéreo e espacial, comando e controle, superioridade de informações, sustentação logística, proteção da Força e interoperabilidade são alguns exemplos de capacidades que FAB deseja manter e aprimorar para o cumprimento da Visão institucional.

Já no que diz respeito às perspectivas estratégicas para a Força Aérea Brasileira, o documento aborda a questão da escolha. Estratégias são escolhas. A partir disso, nota-se a importância da consonância entre todos os documentos que condicionam a atuação do COMAER para que, dessa forma, a FAB, por meio de suas perspectivas estratégicas, consiga atingir os rumos esperados para uma moderna Força. Gestão estratégica institucional, obtenção de capacidades, transformação operacional, articulação e reorganização da estrutura institucional e gestão de recursos humanos são exemplos de perspectivas estratégicas da FAB para que a cada dia, a FAB cresça como instituição, se pautando na missão institucional (BRASIL, 2018).

Ainda que os temas de Defesa Nacional sejam abordados de maneira mais ampla nos Cursos de Carreira do Oficial Aviador da Força Aérea Brasileira, é de suma importância que desde sua formação, o Cadete tenha o quanto antes o contato com tais conteúdos. Tal afirmação se confirma com o que Janowitz (1967) aborda:

Dentro da concepção policial, até o oficial mais inferior, dependendo de sua função, poderá estar atuando como agente político. A educação político-militar não pode ser retardada até o meio da carreira de um oficial, quando ele ingressa na escola de guerra. Sua educação em assuntos políticos-militares deveria começar na academia militar, onde o treinamento tático deve estar relacionado com as necessidades das relações internacionais e continuar em níveis superiores de educação e experiência profissional (JANOWITZ, 1967, p. 407).

1.6 PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO PARA O CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS AVIADORES (PPC- AFA)

A ICA37-863/2021 (PPC-AFA) é um documento da Academia da Força Aérea o qual baliza todo Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV), abordando tudo aquilo que diz respeito ao Aviador durante os quatro anos de formação. O CFOAV tem como missão o desenvolvimento de “atributos militares, intelectuais e profissionais, além de padrões éticos, morais, cívico e sociais, obtendo-se ao final do processo, oficiais em condições de se tornarem líderes de uma moderna Força Aérea” (BRASIL, 2022, p. 15).

Partindo do pressuposto de que a AFA é responsável pelo desenvolvimento/aprimoramento intelectual, crítico e reflexivo dos Cadetes, o presente Projeto tem como objetivo a articulação do conhecimento teórico à prática profissional, almejando que ao final dos quatro anos de formação, o Cadete esteja pronto para exercer sua função dentro da Força Aérea Brasileira.

Sendo assim, observa-se alguns princípios norteadores do curso:

- a) A seleção de metodologias diversificadas que atendam aos objetivos do curso, buscando sempre que possível, a escolha de metodologias que proporcionem ao estudante ser o construtor do conhecimento;
- b) a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ao longo de todo o percurso acadêmico;
- c) a interdisciplinaridade, buscando romper com a fragmentação dos conteúdos;
- d) a formação integral do Cadete Aviador, preparando-o para atuar profissionalmente nas diversas atividades para as quais serão designados; e
- e) o desenvolvimento da identidade do Profissional Militar (BRASIL, 2022, p. 16).

A partir de tais princípios norteadores, em conjunto com os assuntos relacionados à Defesa Nacional, espera-se que ao final dos quatro anos de formação, o Cadete possa estar em nível adequado para o cumprimento de todas as tarefas exigidas ao Oficial aviador, seja ela operacional ou administrativa, capaz de atender às demandas estabelecidas pelo Perfil Profissional dos Oficiais da Aeronáutica (PPOA).

1.7 PERFIL PROFISSIONAL DOS OFICIAIS DA AERONÁUTICA (PPOA)

O Perfil Profissional dos Oficiais da Aeronáutica – PPOA- Volume I – QOAV, QOINT E QOINF é um documento da Força Aérea Brasileira a qual norteia algumas competências essenciais aos Oficiais da Aeronáutica, após os cursos e estágios de formação, adaptação e de pós-formação (BRASIL, 2021).

Dentre as finalidades de tal documento, cita-se:

- a) fornecer à DIRENS subsídios para a elaboração e revisão dos currículos mínimos dos diversos cursos e estágios de carreira sob sua responsabilidade, com vistas a formação do Oficial com as competências requeridas para o desempenho de suas funções;
- b) apresentar à SECPROM e aos avaliadores mais um componente a ser considerado no processo de avaliação de desempenho dos Oficiais;
- c) informar aos ODGSA e às suas OM subordinadas as competências essenciais de interesse do COMAER, para que esses órgãos possam solicitar à DIRENS, caso julguem necessário, alterações nos currículos mínimos dos cursos de carreira; e
- d) proporcionar aos Oficiais o entendimento de suas responsabilidades, de acordo com as competências esperadas pelo COMAER para o desempenho de suas funções (BRASIL, 2021, p. 11).

Observa-se ao longo do documento que há tópicos específicos para cada fase da formação do Oficial da Aeronáutica, seja no Quadro de Oficiais Aviadores, Intendentes ou de Infantaria, contemplando para cada competência, conhecimentos, habilidades, atitudes que são esperadas em cada fase. A primeira competência do PPOA é relacionada àquelas essenciais do militar, abordando tudo aquilo que a FAB espera de seus militares. Interessante notar que, logo na segunda competência do documento, encontra-se uma relacionada ao presente trabalho, ratificando a necessidade de tal estudo para o Cadete Aviador. Tal competência resume-se em: Interpretar os princípios, conceitos e doutrinas que orientam o preparo e emprego da Força Aérea Brasileira em contexto nacional e internacional, na qual dentre seus conhecimentos, cita-se:

- Conceituar a Doutrina Militar de defesa e a Doutrina Básica da FAB;
- Descrever a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa, e o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica; e
- Explicar a atuação das Forças Armadas, principalmente da Força Aérea Brasileira, na defesa e manutenção dos interesses nacionais, ao longo da história da nação (BRASIL, 2021, p. 16).

A AFA, como responsável direta pela construção do Oficial Aviador, no que diz respeito a aspectos intelectuais e profissionais, no CFOAV, afirma por meio de seu Projeto Pedagógico de Curso, “importância do desenvolvimento de uma visão holística, raciocínio crítico e conhecimentos para

avaliar o contexto geral da organização, e assim, sugerir resoluções adequadas ao desenvolvimento da mesma” (BRASIL, 2021, p. 25).

Portanto, é mister, além de o Cadete se preparar como um soldado, combatente e um profissional da guerra, se formar também um administrador militar, preparando-se o quanto antes para assuntos que o esperam ao longo de sua profissão, fazendo com que dessa forma, tenha mais experiência no futuro que o aguarda. Para ratificar tal pensamento, Morris Janowitz afirma que: “[...] os líderes estratégicos do passado com frequência se preparavam para novas tarefas não só seguindo de perto a carreira padrão, como também através de sua própria iniciativa e esforço” (JANOWITZ, 1967, p. 407).

Dessa forma, ao analisar os textos acima, verifica-se a importância do aprimoramento intelectual sobre assuntos estratégicos logo ainda na formação do militar, corroborando para o pressuposto deste trabalho que é o de analisar como a Academia da Força Aérea contribui, ao longo dos 4 anos, sobre assuntos na área de Defesa Nacional.

Para a análise dos resultados do presente trabalho, levou-se em conta a seguinte indagação: Qual o perfil profissiográfico se espera do Oficial Aviador da FAB em termos de Defesa Nacional?

2 MATERIAL E MÉTODO

A metodologia usada para o presente estudo baseia-se de uma Pesquisa Documental que segundo Severino (2007), é baseada em documentos, fontes primárias, arquivos e revistas. Foram utilizados os documentos: Perfil Profissional dos Oficiais da Aeronáutica (PPOA) e o Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Oficiais Aviadores da AFA (PPC-AFA) que contribuem/norteiam a formação do Cadete Aviador da Academia da Força Aérea no que diz respeito a assuntos na área de Defesa Nacional, alinhando, dessa forma, os objetivos da formação com as finalidades do Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional. Também será desenvolvido uma Pesquisa Bibliográfica, que de acordo com Severino (2007), é elaborada a partir de material já publicado, como livros, artigos, periódicos, internet, entre outros para a verificação de documentos de especialistas e artigos científicos que discorram sobre a importância de tais assuntos, ainda, durante a formação militar e abordagens sobre planejamento estratégico.

Quanto à forma de abordar o problema, a pesquisa se classifica como *quali-quantitativa*, definido por Chizzotti (2014), como uma pesquisa que une dados quantificáveis com propriedades qualitativas desses dados, ou seja, une o que pode ser expresso numericamente e o que pode ser interpretado da situação, fenômeno ou objeto analisado. Quanto à modalidade de pesquisa foi realizado também um “levantamento”/”Survey”, que de acordo com GIL (1994), a pesquisa envolve a coleta de dados por meio do questionamento direto das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Na presente pesquisa foi realizado um questionário via *Google Forms*, de preenchimento voluntário, para os Cadetes Aviadores do 4º Esquadrão do ano de 2023, com o intuito de analisar e verificar o quanto os Cadetes conhecem sobre o tema de Defesa Nacional, bem como a capacidade de processo decisório do Cadete. O questionário aplicado envolveu uma amostra de 104 Cadetes Aviadores do 4º Esquadrão da AFA de 2023, abordando 3 situações-problema relacionadas a assuntos na área de Defesa Nacional. Para os objetivos, o estudo se caracteriza como exploratório, inferido por Ferreira (2005) como um estudo que faz o levantamento das informações sobre determinado objeto de investigação, uma vez que a intenção é levantar informações sobre como a AFA contribui na formação do Cadete Aviador sobre assuntos na área de Defesa Nacional, e também descritiva, visto que serão analisados os dados do questionário feito.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partindo da análise da grade curricular do Cadete Aviador da AFA, a qual apresenta a disciplina de Planejamento Estratégico e algumas aulas de Doutrina como responsáveis para a formação do Cadete no que tange assuntos na área de Defesa Nacional, a indagação do presente trabalho foi: Em que aspecto a Academia da Força Aérea contribui para a formação do Cadete Aviador, no que diz respeito a conteúdos na área de Defesa Nacional, no que diz respeito ao exercício do oficialato?

Visando obter uma resposta, conforme a metodologia apresentada, foi realizado um questionário via *Google Forms* para os 104 Cadetes Aviadores, do ano de 2023 da Academia da Força Aérea, dentre o qual obteve-se 35 respostas, a fim de verificar o entendimento de cada um sobre assuntos que dizem respeito à Defesa Nacional. A escolha dos Cadetes do 4º ano se deu por conta da maior maturidade dos Cadetes e também pelo fato de já terem tido contato com as matérias do assunto. A verificação consistiu em três perguntas discursivas, abordando temas relacionadas ao Livro Branco

de Defesa Nacional, relacionada à Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira. Tais perguntas e respostas, estão listadas abaixo:

Pergunta 1 - Considerando o Livro Branco de Defesa Nacional, que trata sobre o planejamento estratégico da Defesa do Brasil, no tocante à Força Aérea Brasileira, temos hoje, a DCA 1-1 (Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira), que norteia as Tarefas e as Ações de Força Aérea. Dessa forma, descreva com suas palavras, quais Tarefas e missões (Ações de força aérea), atualmente, o Esquadrão de Caça da FAB, consegue cumprir, visando à Defesa do Estado Brasileiro.

1	Alerta de defesa aérea
2	Vigilância e defesa do espaço aéreo
3	Controle do espaço aéreo e manutenção da supremacia aérea em áreas de soberania brasileira, projetando seu poder sobre as fronteiras e inibindo práticas ilegais que afrontem a democracia e o Estado brasileiro.
4	O Esquadrão de caça da FAB mantém a soberania e a defesa do espaço aéreo brasileiro, bem como serve como arma de dissuasão.
5	Vigilância, reconhecimento, defesa aérea, instrução.
6	Alerta em voo, apoio aéreo aproximado
7	Interceptação e reconhecimento
8	Ataque ar-ar, ar-solo, apoio em missões de operações especiais, reconhecimento diurno e noturno.
9	Os esquadrões de caça cumprem os serviços de alerta de defesa aérea nas fronteiras do país.
10	As ações de Força Aérea que um Esquadrão de Caça da FAB emprega são o preparo, para manter a força sempre em condições, a pronta resposta que é constantemente treinada pelos pilotos, negar superioridade do espaço aéreo no território, aplicação da nossa inteligência com a vigilância nas fronteiras.
11	Proteção do espaço aéreo
12	O Esquadrão de Caça da FAB consegue cumprir missões de interceptação, reconhecimento, apoio aéreo (defesa e segurança de outras aeronaves) e ataque em solo.
13	Controle do espaço aéreo por meio da dissuasão e interdição de vetores suspeitos no espaço aéreo, além de haver vetores de caça para missões de reconhecimento e ataque ar-terra.
14	Sim, visto que o livro branco prevê ações de defesa nacional e não ataque.
15	Ataque ao solo, combate aéreo, combate ao narcotráfico, reconhecimento
16	Proteger e defender o território nacional. Principalmente em tempos de paz, visto que o Brasil é um país pacífico.
17	Defesa Área, apoio aeroterrestre

18	Manter uma imagem ostensiva de estar sempre acionável, defender a soberania do espaço aéreo, interceptação de aeronaves suspeitas.
19	Ataque aéreo guiado, patrulhamento das fronteiras, interceptação de aeronaves e reabastecimento em voo.
20	Um esquadrão de caça da FAB, atuando em regiões fronteiriças, consegue empregar o máximo de poder, no que tange à proteção da soberania nacional. Para tal, a vigilância aérea e o apoio a ações antinarcóticos, acredito ser os principais focos de tal aviação no Brasil, tendo em vista seu principal vetor: o inigualável A29 Super Tucano.
21	Defesa e Vigilância do Espaço Aéreo Combate ao tráfico de drogas
22	Interceptação aérea, patrulhamento do espaço aéreo, suporte aéreo aproximado, reconhecimento aéreo.
23	Não sei
24	Defesa do espaço aéreo nacional, através de interferência de ilícitos ou interceptação de aeronaves não autorizadas.
25	Abate de aeronaves ilegais ou portando drogas
26	Porteiras fechadas, dissuasão e patrulhamento da fronteira
27	Aproximação aérea avançada
28	Combate ao tráfico de ilícitos, apoio aéreo aproximado
29	Ataque ao solo, Defesa aérea, reconhecimento
30	Interceptação, Defesa Aérea.
31	Missões de alerta, missão de ataque ao solo, apoio aéreo aproximado, guiamento aéreo aproximado, ataque ar - ar
32	Combate ao narcotráfico nas fronteiras brasileiras.
33	Acredito que a principal missão que um Esquadrão De Caça cumpre atualmente é o combate ao narcotráfico em território nacional, mas além disso possui capacidades de realizar um bombardeio ao solo, combater outros caças no ar e missões de reconhecimento.
34	Defesa aérea no geral, mantendo a soberania do nosso país bem como a interceptação de aviões com drogas.
35	Defesa das fronteiras e combate a entrada de drogas

Observa-se na questão 1 que, dentre as 35 perguntas, somente 2 respostas não atenderam a pergunta feita (respostas 14 e 23), mostrando que aproximadamente 94,8% dos Cadetes compreenderam o conteúdo e conseguiram aplicar o conhecimento adquirido na Academia da Força Aérea.

Pergunta 2 - Considerando o Livro Branco de Defesa Nacional, que trata sobre o planejamento estratégico da Defesa do Brasil, no tocante à Força Aérea Brasileira, temos hoje, a DCA 1-1 (Doutrina

Básica da Força Aérea Brasileira), que aborda e norteia todas as Tarefas e as Ações de Força Aérea. Dessa forma, descreva com suas palavras, quais missões (ações de força aérea), atualmente, o Esquadrão de Segurança e Defesa da Base do Galeão, por exemplo, consegue cumprir, visando à Defesa do Estado Brasileiro. Cite de 2 a 3 exemplos.

1	Missões de garantia da lei e da ordem
2	Abater aeronaves que não estejam autorizadas a voar no espaço aéreo brasileiro e escoltar aeronaves que estejam nessa situação porém que colaborem
3	Manter a defesa de instalações e garantia da lei e da ordem em áreas que carecem da presença do Estado. Dessa forma contribui para a manutenção da soberania brasileira de insurgentes e milícias internas que possam por em xeque o cumprimento de manobras ou operações militares de paz ou guerra, bem como integrar partes isoladas da sociedade.
4	O ESD do galeão promove a segurança da base, seja das instalações ou das aeronaves e materiais bélicos.
5	Garantia da Lei e da Ordem, proteção de autoridade, treinamento de recrutas, escolta armada, manutenção operacional
6	Alerta na base, antiterrorismo
7	Apoio nas olimpíadas/copa do mundo e interceptação de avião estrangeiro sem precedência
8	Controle de distúrbios civis e segurança das aeronaves/instalações.
9	Promovem a segurança das instalações, combatem o crime próximos à instituição e treinam novos soldados.
10	O Esquadrão de Segurança e Defesa da Base do Galeão tem como ações de Força Aérea o cumprimento da GLO, quando necessário, preparo da formação de soldados de base, apoio aos esquadrões aéreos, quanto a segurança.
11	Segurança, controle e dissuasão
12	O Esquadrão de Segurança consegue cumprir missões de defesa da base, ataques a regiões próximas, auxílio a locais necessitados, segurança de autoridades e localização/destruição de pontos de conflito nas proximidades.
13	Só sei dizer Proteção da Força.
14	Sim, interceptação do bombardeiro inglês durante a guerra da Malvinas e transporte de 4 órgãos simultâneos a pouco tempo.
15	Defesa das bases e garantia da segurança dos vetores de força aérea
16	Prover a segurança da instalação militar. Como por exemplo, batedor, PA e canil.
17	Segurança de instalações.
18	Realizar faro para detecção de entorpecentes nas bagagens, zelar pela integridade das instalações da base.
19	O ESD realiza operações de Garantia da Lei e da Ordem, serviço de Batedor e segurança de instalações.

20	O esquadrão consegue cumprir os objetivos de infantaria de aeronáutica, que basicamente atua na segurança de aeroportos. Dessa forma, atua na salvaguarda do estado brasileiro protegendo as instalações desse aeroporto específico, podendo também, ser empregado no contexto de ações de segurança e defesa no estado do Rio de Janeiro, por ser uma tropa treinada e adestrada em ações não só de polícia, como de guerra. Não consigo citar exemplos, por causa de desconhecimento das ações específicas que empregaram nos últimos tempos.
21	Não sei
22	Defesa de perímetro, defesa aérea de curta distância
23	Não sei
24	Não sei
25	O GSD do Galeão atua juntamente à polícia do RJ, subindo as favelas junto no intuito de proteger a sociedade, de apreender traficantes e drogas
26	Não sei
27	Não sei
28	Garantia da lei e da ordem
29	Garantia da lei e da ordem, segurança e defesa de instalações e segurança de autoridades
30	GLO, Segurança de Instalações.
31	Defesa da base contra invasões, segurança de autoridades, escolta de materiais sensíveis.
32	Transporte de órgãos e REVO
33	O Esquadrão de Defesa consegue cumprir missões de proteções de autoridades, segurança de aeródromos e defesa antiaérea.
34	Fizeram atuação direta na retomada do complexo do alemão e fizeram a segurança das olimpíadas de 2016.
35	Não sei

Observa-se na questão 2 que, dentre as 35 perguntas, 10 respostas não atenderam a pergunta feita (respostas 2, 14, 21, 23, 24, 26, 27, 32, 35), mostrando que aproximadamente 74,3% dos Cadetes compreenderam o conteúdo e conseguiram aplicar o conhecimento adquirido na Academia da Força Aérea.

Pergunta 3 - Considerando que o lema da Força Aérea Brasileira é Defender, Controlar e Integrar o território nacional, cite exemplos de ações práticas que a Força Aérea realiza diariamente, à luz do Livro Branco de Defesa Nacional e conseqüentemente para a Força Aérea Brasileira com a DCA 1-1 (Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira), para o cumprimento de tal lema.

1	Serviço de alerta de defesa aérea, serviço de controle do espaço aéreo por meio do DTCEA e de transporte de órgãos.
2	Interceptação de aeronaves não autorizadas, vigilância via radares do espaço aéreo e levar suprimentos a regiões longínquas
3	Vigilância do espaço aéreo, controle de tráfego aéreo, missões de transporte de órgãos, missões de alerta SAR, garantia da lei e da ordem, proteção de fronteiras, inibição de tráfico internacional de drogas, operações de ajuda humanitária, integração da região amazônica, controle da zona comercial exclusiva no Atlântico, patrulha, demonstração aérea, projeção de poder no âmbito diplomático, fomentação da indústria bélica nacional, transporte de carga, CAN etc.
4	Controla o espaço aéreo brasileiro, além de defendê-lo com a utilização da aviação de caça e demais aviações e integra o território fornecendo apoio com suprimentos, transporte de cargas e pessoas, além de realizar missões de salvamento
5	Transporte de Órgãos, Transporte de autoridades, defesa aérea, busca e salvamento, treinamentos operacionais.
6	Autodefesa de superfície
7	Apoio aos indígenas, busca e salvamento, interceptação
8	Defender: alerta de defesa aérea, missões de porteira fechada Integrar: departamento de controle do espaço aéreo Controlar: uso de satélites para aumentar nossa continência situacional do território nacional
9	Construção de pistas na Amazônia (COMARA), melhorias do sistema de monitoramento do espaço aéreo, CAN, operações como a ianomâmi.
10	A Força Aérea tem missões como interceptações de aviões clandestinos que tentam transportar drogas para dentro do território brasileiro. Várias missões para integrar o território são feitas, como no Amazonas, no qual é um local de difícil acesso, tem missões para integrar os índios, ou sociedades mais distantes.
11	Controle das fronteiras e transporte de órgãos
12	A Força Aérea com a aviação de Caça consegue ser incisiva na defesa e controle do espaço aéreo. Há uma destacada visualização de todo o território, obtendo controle rígido e específico contra possíveis ameaças. A Aviação de Transporte e Rotativas conseguem integrar ativamente provendo auxílios e participando de necessidades especiais, como por exemplo, a busca e salvamento. Já a aviação de reconhecimento e patrulha é fundamental para o aspecto de controle, visto que essa provê uma forte visão de nosso território e dados específicos de possíveis regiões de conflito/interesse externo.
13	Controla com os riquíssimos equipamentos do DECEA e os profissionais que lá trabalham. Defende através dos vetores e das forças de proteção e apoio à operação aeroespacial, como as missões de caça supracitadas. E Integram através de ações humanitárias pelo Brasil, como entrega de urnas e vacinas por aeronaves como os rotores Black Hawk e as aeronaves Caravan a aldeias, vilas ou cidades com pouca infraestrutura e interligação com maiores metrópoles.
14	O exemplo de integração é a operação Yanomami, de controle são as interceptações dos caças contra o transporte de drogas.

15	Ação integrada para defesa e controle do espaço aéreo pelos controladores de tráfego aéreo, identificando aeronaves ilícitas. Ações humanitárias de ajuda a povos necessitados em regiões isoladas
16	Busca e Salvamento, missões de paz, emprego de mísseis e antiaérea e apoio de logística.
17	Patrulha nas fronteiras, controle do espaço aéreo Brasileiro e apoio logístico à diversas comunidades
18	Defender: a FAB está em alerta permanente para a defesa do espaço aéreo de um possível invasor Controlar: o controle de todo espaço aéreo é responsabilidade do DECEA, tanto os tráfegos militares como os civis. Integrar: a FAB, desde a sua criação, é um importante instrumento para reduzir as distâncias continentais que o Brasil possui, sendo essencial em missões de ajuda humanitária e transporte de órgãos, por exemplo.
19	Fiscalização das aeronaves voando no espaço aéreo, interceptação de aeronaves ilegais, patrulhamento da costa marítima brasileira, transporte de cargas, pessoas e órgãos, além de missões de busca e resgate.
20	Vigilância aérea, defesa aérea, apoio aéreo aproximado, controle do espaço aéreo, interoperabilidade entre as forças, ajuda em desastres naturais e questões civis, além de ações culturais e manutenção do tradicionalismo militar.
21	Defesa e controle do Espaço aéreo nacional
22	Operação Yanomami, transporte de órgãos, lançamento de carga em regiões remotas, interceptação e abate de aeronaves do tráfico de ilícitos, busca e salvamento, patrulha marítima, lançamento de paraquedistas, controle do espaço aéreo através do DECEA e demais órgãos.
23	Transporte aéreo, defesa aérea e controle do espaço aéreo
24	Transporte de órgãos, levar alimentos e urnas para populações ribeirinhas.
25	Não sei
26	A Força Aérea cumpre missões levando suprimentos para regiões de difícil acesso principalmente na região amazônica, integrando o território brasileiro, a FAB também controla todo o espaço aéreo brasileiro através do DECEA, realiza missões de busca e salvamento, e realiza missões para impedir a entrada de tráfico no território, além de ter uma força de dissuasão.
27	Não sei
28	Garantia da lei e tá ordem, combate ao tráfego de ilícitos, transporte de órgãos
29	As missões de interceptação que ocorrem nas fronteiras, operações no Rio de Janeiro e Espírito Santo para garantia da lei e da ordem, transporte de órgãos e pessoas doentes que moram em regiões inóspitas
30	Monitoramento e controle do Espaço Aéreo (CINDACTA), combate ao narcotráfico (Defesa Aérea e Interceptação), apoio a desastres e causa humanitárias (Operação Ianomâmi), auxílio médico e hospitalar, bem como apoio aos pelotões de fronteira e tribos indígenas na região amazônica e serviço de alerta SAR.

31	Demonstrações aéreas, controle de tráfego aéreo, apoio em locais inóspitos, alerta de Defesa aérea, transporte logístico, lançamento de paraquedistas, apoio humanitário, atividades de relações públicas (portões abertos), contratação de atletas de alto rendimento (apoio ao esporte), PROFESP.
32	Busca e salvamento, interceptação de droga, patrulhamento da fronteira missões de GLO.
33	Consegue defender contra o tráfico de drogas nas fronteiras, consegue integrar levando apoio, suprimento e medicamentos às tribos isoladas na Amazônia e Controlar por meio dos radares, drones e aeronaves de patrulha e reconhecimento. Esses são apenas alguns exemplos.
34	O envio de suprimentos as populações indígenas bem como o apoio às bases do exército na fronteira. Defende diariamente a soberania do país com o emprego real de munição abatendo aviões a serviço do tráfico.
35	Apoio as tribos indígenas e população que mora em lugares mais isolados, como a população ribeirinha por exemplo.

Observa-se na questão 3 que, dentre as 35 perguntas, somente 2 respostas não atenderam a pergunta feita (respostas 25 e 27), mostrando que aproximadamente 94,8% dos Cadetes compreenderam o conteúdo e conseguiram aplicar o conhecimento na resposta.

Retomando a introdução do presente trabalho, a Academia da Força Aérea, atualmente, contribui com a formação do Cadete Aviador no assunto de Defesa Nacional através da disciplina de Planejamento Estratégico, bem como aulas ministradas pela Seção de Doutrina do Corpo de Cadetes, abordando os documentos citados neste artigo (PND, END, PEMAER, entre outros). Ainda que o objetivo do Cadete no egresso da AFA não seja para fins estratégicos e nem políticos, é de extrema necessidade uma noção sobre o tema, visto que o futuro da Força Aérea Brasileira são os Cadetes Aviadores, Intendentes e de Infantaria.

As 35 respostas obtidas nas três perguntas realizadas atenderam ao objetivo do trabalho, que era de verificar em que medida a Academia contribui na formação do Cadete no que tange a assuntos na área de Defesa Nacional, visto que, com o conhecimento que o Cadete Aviador adquiri durante a formação dos quatros anos de AFA, o mesmo conseguiu compreender, interpretar e responder com o próprio senso crítico e capacidade intelectual. As perguntas exigiram um conhecimento do Cadete Aviador sobre os documentos de Defesa Nacional (PND, END, LBDN, entre outros já citados), além de documentos específicos da Força Aérea, a exemplo do PEMAER e Concepção Estratégica-Força Aérea 100. A primeira e a terceira pergunta tinham um grau de dificuldade fácil, enquanto a segunda, um grau difícil. Nota-se, a partir das respostas obtidas, um aproveitamento de aproximadamente 95% nas respostas da primeira e terceira perguntas, enquanto que na segunda, esse aproveitamento caiu

para aproximadamente 75%, o que era esperado, visto o grau de dificuldade da mesma e o fato de as respostas serem de Cadetes Aviadores, o que contribui para o desconhecimento de algumas atividades de outros quadros como de Infantaria por exemplo. Não obstante, ressalta-se a importância de um melhor trabalho por conta da Academia da Força Aérea no que tange a “interoperabilidade” entre os quadros de Intendência, Infantaria e Aviação.

Contudo, analisando holisticamente o cenário das respostas, concluiu-se que a Academia da Força Aérea, a partir de seu Projeto Pedagógico de Curso, conseguiu e consegue cumprir o seu objetivo de formação do futuro Líder da Força Aérea no que tange a assuntos na área de Defesa, ainda que de forma geral, ratificando os objetivos esperados do Perfil Profissional do Oficial da Aeronáutica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar em que medida a Academia da Força Aérea contribui na formação do Cadete Aviador, no que tange assuntos da área de Defesa Nacional. Para responder tal objetivo, foi realizado um estudo sob uma ótica macro para micro, abordando os Documentos de Defesa Nacional (PND, END, LBDN), Documentos de Defesa da Aeronáutica, Perfil Profissional dos Oficiais da Aeronáutica e o Projeto Pedagógico de Curso para os Cadetes Aviadores da Academia da Força Aérea. Partindo desses materiais, o presente artigo baseou-se em uma Pesquisa Documental, utilizando os documentos citados acima, além de uma Pesquisa Bibliográfica, utilizando outros trabalhos sobre o tema de formação do Cadete e Defesa Nacional. Para abordar o problema da pesquisa feita, utilizou-se a pesquisa *quali-quantitativa*, uma vez que uniu dados quantificáveis (*Google Forms*) com dados com propriedades qualitativas desses dados (análise e leituras de artigos, livros e documentos sobre o assunto).

As três perguntas realizadas no formulário tiveram, respectivamente, grau de dificuldade fácil, difícil e fácil. Ressalta-se que cada pergunta obteve 35 respostas em uma amostra de 104 Cadetes Aviadores do ano de 2023 da Academia da Força Aérea, sendo então uma inferência para os resultados obtidos e não uma verdade absoluta, visto a aderência de aproximadamente 33,7%. Dentre as respostas obtidas em cada pergunta, a primeira e a terceira perguntas foram as que tiveram melhores aproveitamentos, enquanto que a segunda, pelo grau de dificuldade, obteve um aproveitamento inferior. Não obstante, as respostas atingiram o objetivo esperado do trabalho, sugerindo que o Cadete Aviador consegue compreender e interpretar indagações sobre Defesa Nacional. Ressalta-se que as

perguntas feitas, foram acerca de um tema bem restrito sobre Defesa Nacional, visando o contexto da Força Aérea Brasileira, meio o qual o Cadete está inserido.

Por fim, o tema da presente pesquisa não se esgota neste trabalho, os assuntos relacionados à formação do Cadete da AFA no que tange a temas sobre a Defesa Nacional, são de extrema relevância para novos estudos. Dessa forma, contribui-se, cada vez mais, para a formação do Cadete, no âmbito da Academia da Força Aérea, visando o aprimoramento do futuro Líder da Força Aérea Brasileira.

REFERÊNCIAS

- BALDAN, Maria Eduarda. **A importância e a necessidade da melhor aplicação das diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa na formação do Oficial da FAB**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Aeronáuticas) - Academia da Força Aérea: Pirassununga, 2014.
- BRASIL. Ministério da defesa. Comando da Aeronáutica. **DCA 11-45: “Concepção Estratégica Força Aérea 100”**. Brasília, 2018. Disponível em: [DCA 11-45_Concepcao_Estrategica_Forca_Aerea_100.pdf](#). Acesso em: 30 set. 2022.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Portaria COMGEP Nº 179/3SC2, de 05 de agosto de 2021. **Perfil Profissional dos Oficiais da Aeronáutica - PPOA - Volume I - QOAV, QOINT E QOINF**. Disponível em: http://www.cendoc.intraer/sisbca/bca_pdf/2021/bca_158_26-08-2021.pdf. Acesso em: 10 set. 2022.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Portaria DIRENS nº 84/sfa, de 11 de maio de 2021. **Projeto Pedagógico de Curso para o Curso de Formação de Oficiais Aviadores**. Disponível em: http://www.cendoc.intraer/sisbca/bca_pdf/2021/bca_239_30-12-2021.pdf. Acesso em 28 set. 2022.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congre_sso_.pdf. Acesso em: 11 set. 2022.
- DEMO, Mauricéia Aparecida de Oliveira. A formação de Oficiais e as políticas educacionais da Academia da Força Aérea Brasileira. *In*: DEMO, Mauricéia Aparecida de Oliveira. **A formação de Oficiais e as políticas educacionais da Academia da Força Aérea Brasileira**. 2006. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) – UFSCAR: São Carlos, 2006.
- ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 2018, São Paulo. **A formação militar profissional: uma leitura a partir das obras de Morris Janowitz e Samuel Huntington [...]**. [S. l.: s. n.], 2018.
- GODOY, Tânia Regina Pires de. Políticas de Defesa e Segurança Internacional. *In*: GODOY, Tânia Regina Pires de. **Doutrina versus realidade: a difícil formação da liderança militar da força aérea brasileira para sua destinação na defesa nacional**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – UFSCAR: São Carlos, 2008.
- HUNTINGTON, Samuel Phillips. **O Soldado e o Estado**. 2º Edição. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Blixiex Corporativa, 1996.
- JANOWITZ, Morris. **O Soldado Profissional**. Universidade da Califórnia: Edições GRD, 1967.
- LUDWIG, Antônio Carlos Will. **Análise dos fins educacionais relativos aos cursos de formação de oficiais aviadores e intendentes**. 1989. Tese (Mestrado) - Universidade Metodista de Piracicaba: Piracicaba, 1989.
- LUDWIG, Antônio Carlos Will. A Formação do Oficial da Aeronáutica e a Liderança. Academia da Força Aérea. *In*: LUDWIG, Antônio Carlos Will. **A Formação do Oficial da Aeronáutica e a Liderança. Academia da Força Aérea**. 1985. Tese (Mestrado) - Academia da Força Aérea: Pirassununga, 1985.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. de. “A Estratégia Nacional de Defesa e a Reorganização e Transformação das Forças Armadas”. **Revista Interesse Nacional**. São Paulo, p. 71-83, 2009.

OLIVEIRA, Fabricia Benda. de; RAMOS, Klédison A.; GUIMARÃES, Marianna A. P. **Revisão de literatura: pesquisa bibliográfica x pesquisa documental**. 2011. Trabalho de conclusão de curso (Pós Graduação em Ciências Florestais) - Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Espírito Santo, [S. l.], 2011.

PEREIRA, Adriana Soares. **Metodologia da pesquisa científica**. 1º Edição. ed. Universidade Federal de Santa Maria: Santa Maria, 2018.

PEREIRA, Sergio Carlos de Sousa. **O planejamento estratégico na Marinha do Brasil: o caso das organizações militares prestadoras de serviço**. 2006. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Administração Pública) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA**. *In*: METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA. Santa Maria: Santa Maria, 2014. cap. MÉTODO QUALITATIVO, QUANTITATIVO OU QUALI-QUANTI.